



## SEXO, GÊNERO E PODER: UM OLHAR SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES NO COTIDIANO ESCOLAR.

Romyson dos Santos da Silva<sup>1</sup>  
Quilza da Silva e Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:** O respectivo trabalho intitulado: sexo, gênero e poder: um olhar sobre o processo de construção das identidades no cotidiano escolar, tem como escopo elucidar sobre as acepções pertinentes a sexualidade e identidade de gênero, relatar sobre a origem e evolução do pensamento de dominação dos homens sobre as mulheres, por se auto intitulem superiores, e expor o papel relevante das escolas no que tange a perpetuação ideológica de diferenças de gênero, ao enfatizar os estereótipos contidos na sociedade. Por isso a seguinte indagação: Qual a relevância dos ensinamentos fornecidos nas escolas diante do processo de identificação de gênero entre crianças e adolescentes? O estudo é fruto da pesquisa de iniciação científica desenvolvida pela Faculdade Pitágoras em São Luís – MA. Nessa acepção, adota-se preliminarmente o método de pesquisa hermenêutico pelo motivo de ter partido de referências bibliográficas, quanto ao método de abordagem fora adotado o indutivo, visto que o referido estudo para chegar à demonstração da verdade partiu de fatos particulares. A técnica de pesquisa adotada baseia-se na documentação indireta, valendo-se especialmente da pesquisa documental, como por exemplo: leis e sites de internet e da pesquisa bibliográfica com utilização de livros, artigos da internet e revistas especializadas.

**Palavras-chave:** discriminação; escola; gênero.

**ABSTRACT:** Its work entitled: sex, gender and power: a look at the process of construction of identities in everyday school life, is scoped to elucidate the meanings pertaining to sexuality and gender identity, report on the origin and evolution of thought of domination of men over women, by themselves intitulem higher, and expose the role of schools in regard to ideological perpetuation of gender differences,

<sup>1</sup>Graduando em Direito e Bolsista de Iniciação Científica da Faculdade Pitágoras em São Luís- MA. Integrante do grupo de pesquisa Sistema Punitivo e Violência de Gênero: Ressignificando a cidadania a partir da Justiça Restaurativa desenvolvida pelo Núcleo de estudos sobre Justiça Restaurativa – NEJUR. E-mail: romysantos@hotmail.com

<sup>2</sup>Graduanda em Direito e Bolsista de Iniciação Científica da Faculdade Pitágoras em São Luís- MA. Integrante do grupo de pesquisa Sistema Punitivo e Violência de Gênero: Ressignificando a cidadania a partir da Justiça Restaurativa desenvolvida pelo Núcleo de estudos sobre Justiça Restaurativa – NEJUR. E-mail: quilza\_abitbol@yahoo.com.br

by emphasizing the stereotypes contained in society. So the following question: What is the relevance of the teaching provided in schools on the gender identification process in children and adolescents? The study is the result of scientific initiation research conducted by the Faculty Pythagoras in Sao Luis - MA. In this sense, it adopts the method of preliminarily hermeneutic search for the reason of having party references, as the method of approach had been adopted the inductive, since the study to reach the demonstration of the truth came from particular facts. The research technique used is based on indirect documentation, taking advantage especially of documentary research, such as: laws and internet sites and literature with the use of books, internet articles and journals.

**Keywords:** discrimination; school; genre.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda, através da discussão centrada entre sexualidade e identidade de gênero, as relações de crianças e adolescentes no ambiente escolar e quais os reflexos isso trás à vida em sociedade. Busca-se fazer uma análise sobre os comportamentos pré-determinados que são propagados naturalmente, de acordo com a cultura de cada população.

Na realidade em que vivemos, são poucas instituições educacionais que enfatizam as questões de gênero em suas abordagens infantis, até por ser uma temática complexa, repleta de discussões relutantes.

Para um melhor esclarecimento, a palavra gênero é utilizada em diversas ciências, com significados diferentes, como na matemática, literatura e biologia, mas em seu contexto gramatical, refere-se aos substantivos masculino e feminino, por isso é considerada uma palavra biforme, ou seja, que apresenta duas formas, para descrever tanto homens quanto mulheres.

Quando se fala em crianças e adolescentes sob esse mesmo contexto, são poucos os estudos realizados, seja pelo o fato de muitos acharem desnecessário, ou por acharem que se trata de uma árdua elucidação.

Há divisões sobre o que é normal para o sexo masculino e o que é para o sexo feminino, como comportamentos e preferências, ou seja, o que deve fazer parte da personalidade de cada grupo desta visão dualística. Isso é transferido por gerações, todos devem seguir as regras existentes para ser considerado como um

ser “normal”, caso contrário, quem transgrede os ditos valores poderá ser vítima de julgamentos ofensivos que, além da violência verbal sofrida, podem chegar ao ponto de sofrerem com as agressões físicas que cada vez mais se tornam práticas costumeiras.

O objetivo primário do trabalho não é mudar imediatamente essa concepção enraizada na sociedade de que meninos e meninas devem agir de maneiras distintas, dever esse que às vezes é feito de forma coercitiva, pois isso é uma tarefa de resultados a longo prazo. Busca-se analisar como esses ideais influenciam no caráter evolutivo das crianças, como seria se não houvesse essas normas morais e todos pudessem agir naturalmente, sem nenhum tipo de repressão.

Apresenta discussões sobre o papel fundamental das escolas na desconstrução do pensamento de que as mulheres são propriedades para uso do sexo masculino, principalmente no que se refere à conotação sexual, pois é um assunto que deve ser instigado desde a infância para que essa quebra ideológica seja eficaz.

Na tentativa de expor mecanismos capazes de transparecer a autonomia que a mulher deveria ter sobre seu corpo, podendo satisfazer suas próprias vontades, quando e bem entendesse, sem nenhum tipo de subordinação, o presente artigo trás a escola como peça central para o alcance desse objetivo. A criação de programas e consequentemente sua manutenção viabilizam um caminho genuinamente sensato para ser trabalhada a diversidade humana e suas limitações, impedindo que alguns invadam o espaço que pertença a outrem.

É um trajeto cansativo, pois vivemos em uma sociedade com resquícios patriarcais que, apesar da figura do pátrio poder ter sido abolida tardiamente pelo Código Civil de 2002, continua sendo a estruturação de inúmeras famílias.

## **METODOLOGIA**

A elaboração deste trabalho é resultado da pesquisa de iniciação científica desenvolvida pelo grupo de estudo Sistema Punitivo e Violência de Gênero: a ressignificação da cidadania a partir da Justiça Restaurativa, esta fomentada pelo

NEJUR (Núcleo de estudos sobre Justiça Restaurativa) firmado na Faculdade Pitágoras de São Luís – MA.

O método de pesquisa utilizado foi o hermenêutico, pois buscou-se a real compreensão do fenômeno em questão, com o intuito de interpretar o material colhido a partir da exploração de diversas fontes e a posteriormente apresentar ao público uma leitura mais humana e reflexiva acerca da temática exposta.

Quanto ao método de abordagem, foi utilizado o indutivo, pois a explicação dos fenômenos surge através da observação dos fatos, de uma determinada realidade. Já o método de procedimento aplicado foi o histórico, apresentando toda a evolução da problemática e sua repercussão de acordo com o contexto vivenciado.

## **1. ACEPÇÕES QUANTO À SEXUALIDADE E IDENTIDADE DE GÊNERO**

Gênero é o conjunto de características sociais, culturais, políticas, psicológicas, jurídicas e econômicas atribuídas às pessoas de forma diferenciada de acordo com o sexo. É derivado de construções sócio-culturais que variam muito ao longo da história, se referindo ao papel psicológico, e evidentemente cultural, que o meio social atribui a cada ser, considerando-o “masculino” ou “feminino”.

Segundo o dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, significa: Grupo da classificação dos seres vivos que reúne espécies vizinhas, aparentadas, afins, por apresentarem entre si semelhanças constantes; maneira de ser ou de fazer: é esse o seu gênero de vestir-se; gênero literário, variedade da obra literária, segundo o assunto e a maneira de tratá-lo, o estilo, a estrutura e as características formais da composição; gênero humano, a espécie humana. Gênero de vida, modo de viver, de proceder.

Nesse viés, Joan Scott (1990) afirma que “gênero deve ser visto como elemento constitutivo das relações sociais, baseadas em diferenças percebidas entre os sexos, e como sendo um modo básico de significar relações de poder”.

Para Scott, uma das mais importantes teóricas sobre o uso da categoria gênero, a definição do que é gênero tem vários aspectos, os quais estão interligados. Dito isto, enfatiza que gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundamentado nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo uma forma inicial de identificar as relações de poder.

Destarte, em *O Segundo sexo*, Simone Beauvoir (1980, p. 9) declara que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, se referindo à sociedade como um fator predominante na identificação de gênero. Ela afirma que a gente ou se torna mulher ou se torna homem, ao tratar que uma série de significados culturais são inscritos num sexo dado (macho ou fêmea). Além do mais, alerta que a mulher sempre foi visto como o Outro, o secundário, como ser anormal, fora dos padrões.

No contexto social, a palavra gênero foi incluída após a II Guerra Mundial, em decorrência dos movimentos sociais feministas, que fundamentavam as distinções sociais relacionadas ao sexo biológico (do nascimento). Esses movimentos ganharam força na década de 1960 em função da desigualdade de poder entre o masculino e feminino: preconizavam a mudança da condição feminina, sexo frágil, oprimido, submisso e excluído da sociedade profissional e política.

As mulheres que participavam desses movimentos diferenciavam-se das demais por estarem envolvidas em tarefas tidas como masculinas na ocasião, surgindo, dessa forma, a categoria gênero como sinônimo de mulher. Na mesma época, historiadores relatavam que características comportamentais não necessariamente estavam associadas ao sexo de nascimento. A partir de então vem se discutindo as ponderações referentes à sexualidade humana e a qual gênero se identifica.

Os movimentos feministas, na década de 1980, passaram a empregar o termo gênero ao invés de sexo, reforçando a ideia de que as diferenças entre homens e mulheres não dependiam do sexo biológico, e sim dos fatores culturais nos quais as pessoas estavam inseridas.

Com a formulação da palavra gênero, as observações dos papéis sociais e as relações existentes entre feminino e masculino ficaram mais nítidas, contudo, sobrecarregaram-se de uma maior subjetividade.

Quanto à palavra sexo, a mesma ressalta as características biológicas, anatômicas e fisiológicas dos seres humanos que os definem como macho ou fêmea. Reconhece-se a partir de dados corporais, genitais, sendo o sexo uma construção natural, com a qual se nasce.

A concepção de sexo é muito restrita, baseada no macho e fêmea. Já gênero é mais amplo, pois inclui pessoas com um sexo biológico, mas que são de outro gênero (homossexuais, transexuais, e etc). Por exemplo, o sujeito pode ser do

sexo masculino, mas não se sentir (mesmo em termos biológicos, já que a atração física envolve necessariamente o corpo) um homem.

No seu livro *Sexo e Gênero*, Stoller (1968), trouxe à tona a palavra gênero para exclusivamente diferenciá-la do termo sexo, este tão somente associado às condições biológicas, não realçando a relevância que o meio social tem sobre a identificação humana. Para o referido autor, o sentimento de ser mulher ou homem era mais importante do que as características anatômicas. Na obra, é desenvolvida a questão das intervenções cirúrgicas em pessoas intersexuais e transgêneros, no intuito de adaptar a anatomia genital (sexo) ao gênero desejado, ou seja, ao grupo no qual se identifica, se sente pertencente.

“*Inventando o Sexo – Corpo e Gênero dos Gregos a Freud*” é um livro publicado em 1992 da autoria de Thomas Laqueur, onde é evidenciado que o gênero constituía o sexo, e não o contrário. Isto é, as diferenças entre os sexos eram uma invenção que remontava ao século XVIII; até aquela época, havia o registro de um único sexo – o masculino.

Assim, considerava-se a mulher como um macho incompleto, um ser invertido, de acordo com o modelo inspirado na filosofia neoplatônica de Galeno. Invertido porque seus órgãos sexuais eram os mesmos dos homens, só que voltados para dentro, o útero era o escroto, os ovários eram os testículos, a vagina, o pênis, e a vulva, o prepúcio. Sobre a inferioridade, a mulher era concebida como um homem imperfeito, a quem faltavam a força e a intensidade do calor vital, esse último responsável pela evolução do corpo até a perfeição ontológica do macho.

Para Judith Butler (2010), estamos diante de uma “ordem compulsória” em nossa sociedade, que exige a coerência total entre um sexo, um gênero e um desejo/prática que são obrigatoriamente heterossexuais.

Resumindo, naturalmente, quando o bebê está na barriga da mãe, depois de identificarem o sexo, os pais já relacionam a existência das relações do pequeno ser com o sexo oposto, ou seja, ao averiguar que o bebê possui um pênis, já o consideram um menino e, conseqüentemente, condicionará o mesmo a sentir atração por meninas.

“O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado”, defende Butler (2010, p. 25), “[...] tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos.” Judith Butler quis demonstrar que gênero se confronta com

diversas modalidades de identidades, não estando este relacionado com a orientação sexual e tampouco com os aspectos restritivos da sexualidade.

Gênero não é meramente uma construção anatômica, se assim o fosse, no momento em que retirassem o aparelho reprodutor de uma pessoa, ela imediatamente se identificaria como alguém de outro gênero.

Importante se faz a alusão ao famoso caso de David Reimer, o indivíduo canadense nascido saudavelmente do sexo masculino, mas que teve sua identidade sexual modificada, vindo a ser criado como uma menina depois que seu pênis foi acidentalmente destruído durante uma circuncisão. Nesta ocasião, após a perda do órgão genital e se identidade de gênero fosse estritamente ligado a anatomia, facilmente David se identificaria como uma menina. Porém, isso não ocorreu, agia de forma contrária aos comportamentos tidos como femininos, não sendo um adepto às bonecas.

O fato supramencionado prova que o gênero e a sexualidade não são puramente condicionáveis pela educação ou vontade, e sim pela combinação desses fatores a hormônios que nosso corpo produz, a maneira como nosso cérebro funciona e até mesmo nossos genes.

Recentemente, por meio da Presidente da República, foi publicado o Decreto Lei 8.727/2016, o qual prevê que sejam reconhecidas, tanto na administração direta como nas autarquias e fundações, a identidade de gênero dos indivíduos – ou seja, a forma como uma pessoa “se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social”.

Vide o disposto no artigo 1º do mencionado decreto:

Art. 1º. Este Decreto dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - nome social - designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida; e

**II - identidade de gênero - dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento.**

Isto posto, evidente a conceituação de identidade de gênero presente no dispositivo legal, dirimindo as dúvidas que pairam sobre o assunto.

## 2. A IDEOLOGIA POSSESSIVA DO HOMEM SOBRE A MULHER

Destaca-se a história da mulher como um ser dominado pela prepotência do machismo, sendo julgadas ao longo do tempo e tendo seus direitos postergados por um egocentrismo absurdo.

Sempre foram consideradas inferiores aos homens, vivendo basicamente para o cuidado do lar e dos filhos, vindo adentrar o mercado de trabalho séculos depois, mas ainda convivendo com a discriminação em determinados aspectos.

Uma das principais lutas feministas foi sobre o direito do voto, o exercício do poder de cidadã, que antes era suprimido pela restrição masculina. Vale destacar também as manifestações ocorridas durante a Revolução Industrial no século XVII e XIX, em que as mulheres buscavam melhores condições de trabalho, condições essas que pudessem se adequar as suas características peculiares.

Segundo Lênin (1919):

[...] Desde muito tempo, não apenas há dezenas de anos, mas há séculos, os representantes de todos os movimentos de libertação na Europa ocidental reivindicam a revogação dessas leis caducas e a instauração da igualdade jurídica entre homens e mulheres, mas nem um só dos estados democráticos europeus, nem uma só das repúblicas mais avançadas soube vir ao encontro dessa reivindicação porque, onde existe o capitalismo, onde se mantém a propriedade privada da terra, das fábricas e das oficinas, onde se mantém o poder do capital, continua inalterada a situação privilegiada dos homens. Na Rússia, essa reivindicação só pôde ser realizada porque, depois de 25 de outubro de 1917, foi instaurado o poder dos operários. O poder soviético propôs-se a tarefa, desde o início, de ser de fato o poder dos trabalhadores inimigo de toda forma de exploração. Propôs-se a tarefa de arrancar pela raiz as possibilidades de exploração dos trabalhadores por parte dos latifundiários e dos capitalistas, de destruir o domínio do capital. O poder soviético esforçou-se para conseguir que os trabalhadores pudessem construir sua vida sem a propriedade privada das fábricas e das oficinas, sem aquela propriedade privada que, em toda parte do mundo, mesmo quando existe a plena liberdade política, mesmo nas repúblicas mais democráticas, reduziu de fato os operários à miséria e à escravidão do salário e a mulher a uma dupla escravidão.

Como enfatizado, o capitalismo sempre favoreceu os homens para o exercício de funções em indústrias, empresas e tarefas semelhantes. Obviamente isso se deve pelo fato da força muscular que os homens têm, o que facilita com os trabalhos brutais que antigamente eram predominantes, mas que hoje ainda existem. A consolidação da propriedade privada também foi um fator crucial nesta

realidade, cuja essência se restringia no pátrio poder, que colocava o homem no topo de uma hierarquia firmada no lar.

Até a segunda metade do século XX, a relação possessiva do homem sobre a mulher foi predominante. Eram épocas em que o homem tinha o total direito de matar a própria mulher caso esta viesse a cometer o adultério, pois o ato feria a honra e o poder masculino, que era tão valorizado ao ponto de menosprezar a dignidade daquelas mulheres que viviam o terror de uma realidade assustadora.

Vítimas de humilhações e agressões físicas e principalmente psicológicas, as mulheres tinham que suportar os abusos da infidelidade de seus maridos, chegando ao auge de ter que aturar a presença das amantes no próprio lar. Tratava-se de uma concepção autoritária em que elas serviam apenas para a reprodução, como propriedade construída para uma só finalidade. Eram práticas constantes devido à dependência de subsistência que as mulheres tinham pelo trabalho dos homens.

Até o instituto da monogamia tinha suas especificidades diante desse mesmo contexto, que servia principalmente como uma forma de garantir apenas a fidelidade das mulheres aos seus companheiros, significava uma garantia unilateral, porque os homens podiam trair suas esposas com quantas mulheres desejasse. A monogamia “surge como forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos [...]” (ENGELS, 2000, p. 70).

Dito isto, as relações de poder envolvendo esta dicotomia revelam que:

[...] o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia e a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, ela abre, ao lado da escravatura e da propriedade privada, a época que dura ainda hoje, onde cada passo para frente é ao mesmo tempo um relativo passo atrás, o bem-estar e o progresso de uns se realizam através da infelicidade e do recalçamento de outros. (ENGELS; LENIN; MARX, 1980, p. 22-23).

O trecho demonstra o desequilíbrio assistencial sofrido pelas mulheres, prejudicadas com a extrema liberdade masculina, que muitas vezes agiam se sobrepondo as regras de convivência familiar, por se considerarem verdadeiros proprietários de seus cônjuges.

Engels, famoso teórico socialista, defendeu a libertação da mulher sob a autonomia masculina, pois visualizava a situação degradante em que as mesmas se

encontravam, como escravas que serviam simplesmente para saciar o desejo dos maridos.

Na perspectiva de Bourdieu (2002), pensador francês criador do respectivo conceito, a violência simbólica representa uma imposição legítima e dissimulada, na qual há a interiorização da cultura dominante perante os grupos minoritários. Por isso é vista de forma arbitrária, uma vez que não surge naturalmente, é imposto pelos homens como uma estrutura da hierarquia social, onde os fortes (no contexto econômico, social, político e etc.) dominam os fracos.

### **3. A ESCOLA E O SEU PAPEL NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE DE GÊNERO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

A escola é considerada uma importante ferramenta para a formação social de cada indivíduo, ensinamentos são passados para que haja uma maior preocupação com o convívio coletivo, sem problemas capazes de causar danos irreparáveis.

Na infância as crianças são facilmente influenciadas por ideias contidas pelos adultos, sobre o que é certo ou errado, sobre o que é proibido para alguns e válido para outros. Com personalidades em desenvolvimento, elas seguem o que é imposto como regra, como forma padrão de comportamento a ser seguido.

Assim como a família, a escola é primordial na construção do ser humano, pois o meio em que convivemos reflete de várias maneiras no caráter e nas atitudes de cada indivíduo. É uma instituição que interfere diretamente na situação social, isto significa que, uma sociedade desregulada pela aglomeração de conflitos e desastres, quase sempre é consequência da falta de investimentos na educação.

A Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 estabelece as diretrizes e base da educação nacional:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

[...]

A LDB foi criada para nortear a educação brasileira, trazendo normas e valores a serem observados e efetivados nos ensinamentos postos em sala de aula. O RCNEI - referencial curricular nacional para a educação infantil, também foi criado para servir de referencial na construção da educação do Brasil, prezando pela importância de se discutir relações de gênero no espaço escolar, isso desde a educação infantil.

No que concerne a identidade de gênero, a atitude básica é transmitir, por meio de ações e encaminhamentos, valores de igualdade e respeito entre as pessoas de sexos diferentes e permitir que a criança brinque com as possibilidades relacionadas tanto ao papel de homem como ao da mulher (RCNEI – VOL 2, p. 41-42).

A violência dentro das escolas, nesta contida o repúdio ou discriminação a quem não é considerado “normal”, não é um fato isolado, é habitual e, infelizmente, vêm aumentando cotidianamente. Por isso, é fundamental que o Estado crie estratégias capazes de amenizá-las e fazer do ambiente um local adequado para suas finalidades, como deveria ser.

Nessa linha de raciocínio, a escola deve ser um ambiente saudável e enriquecedor, que coloque em destaque a transferência de conhecimentos e a igualdade entre as pessoas, que todos possam conviver pacificamente sem nenhum tipo de exclusão e discriminação.

Antes mesmo de adentrar na esfera escolar, as crianças já têm formada uma concepção de que papel deve exercer na vida, a família é responsável pela iniciação desta visão, que às vezes é permeada por velhos preconceitos sobre privilégios de um sexo sobre o outro.

Moreno Marimón (2003) enfatiza o poder da escola em seu livro “Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola”, capaz de abrir mentes, facilitando conhecimentos e questionamentos, novas formas de enxergar e interpretar o mundo. Serve como um recurso de transformação dos modelos tradicionais, que por vezes, chaga a serem repressores.

O androcentrismo consiste em considerar o ser humano do sexo masculino como o centro do universo, como a medida de todas as coisas, como o único observador válido de tudo o que ocorre no nosso mundo, como o único capaz de ditar leis, de impor a justiça, de governar o mundo. É

precisamente esta metade da humanidade que possui a força (os exércitos, a polícia), domina os meios de comunicação de massa, detém o poder legislativo, governa a sociedade, têm em suas mãos os principais meios de produção e é dona e senhora da técnica e da ciência. (Moreno Marimón, 2003, p.23).

É um pensamento científico que devasta inúmeras pessoas e está tão infiltrado que chega a ser imperceptível por muitas destas, pois é visto de maneira natural, como algo imutável.

Exemplo explícito desta prática está na linguagem usual, quando ao referirmos de modo geral, para citarmos homens e mulheres, o termo usado é definido no gênero masculino, mostrando a preponderância da distinção.

Todas as desconformidades precisam ser trabalhadas desde o início da escolaridade e em conjunto com a formação do caráter em casa, esse conjunto de fatores serve como ponte para a equiparação dos gêneros fazendo com que a cada dia a discriminação venha ser esquecida e ao mesmo tempo lembrada apenas para retratar a uma triste fase vivida pela humanidade. A escola é o meio que remove o embaraço dessas relações fazendo cumprir a emancipação da mulher e ao mesmo tempo trabalhando na evolução cultural do homem e em uma nova relação social, reeducando os valores e apontando que os mesmos são capazes independentemente do sexo.

A escola é uma caricatura da sociedade por onde passam todas as ideias que se quer transmitir para conservar tudo aquilo em que se acredita ou querem que se acredite (Moreno, 1999).

É a instituição onde acaba por ocorrer essa diferenciação no tratar da questão gênero, separando meninos de meninas em muitos aspectos e reproduzindo o tradicional, onde sexo feminino tem que atração pelo sexo oposto e vice-versa.

Por essa razão, é um dos lugares onde mais ocorre a prática do bullying, principalmente contra aqueles que se identificam com um gênero diferente daquele ao qual sua sexualidade se encaixa, é o caso dos homossexuais, em que a orientação sexual difere da sua identidade de gênero.

Inadmissível se torna que a instituição encarregada do apoio educacional das crianças, jovens e até mesmo adulto, seja uma das precursoras da desigualdade de gênero.

Para isso, Saviani (1992) nos afirma:

A educação, enquanto fator de equalização social, será, pois, um instrumento de correção da marginalidade na medida em que cumprir a função de ajustar, de adaptar os indivíduos à sociedade, inculcando neles o sentimento de aceitação dos demais e pelos demais. Portanto, a educação será um instrumento de correção da marginalidade na medida em que contribuir para a constituição de uma sociedade cujos membros, não importam as diferenças de quaisquer tipos, se aceitem mutuamente e se respeitem na sua individualidade específica. (p.20)

Trabalhar as questões de gênero com os alunos exige cautela e presteza constante por parte do professor, para que não sejam reproduzidos os padrões já estereotipados no que tange ao papel do homem e da mulher, por exemplo, a ideologia de que mulher deve apenas cuidar do lar e os homens devem ser o principal provento do sustento da família.

Não obstante, destaca-se a essencialidade do núcleo familiar integrado aos projetos pedagógicos, pois como já dito pela Lei 93/94, a educação é dever do Estado e da família, pois ambos são espaços que constrói ou desconstrói ideologias e ações, pertinentes e fundamentais da vivência do ser humano.

Os métodos de ensino devem fugir da rotulagem de “coisas de menino ou de menina”, designando comportamentos e prolongando a estrutura machista na sociedade; ambos devem ser preparados para seguirem aquilo que é intrínseco a sua personalidade, dizimando a barreira de que só o homem é forte e a mulher, por sua vez, sendo o “sexo frágil” deve se restringir a uma vida traumática e infrutífera.

Durante a infância, movidas pela curiosidade, as crianças procuram saber o significado e a utilidade de cada coisa existente. Mas os adultos limitam essas descobertas, por exemplo, se um menino ou menina se comporta de uma maneira que não condiz com o “normal” para o seu sexo, causa uma preocupação e um desconforto, gerando dúvidas sobre a personalidade da criança específica. Mas é importante frisar, que esses seres estão permeados por uma inocência pura, sem nenhum tipo de malícia típica da fase adulta.

Diante disso, Aquino (1999, p. 188) assim se manifesta:

Os educadores têm responsabilidade de atuar de modo estratégico, investigando as possíveis causas que transformam o ambiente escolar em local propício de florescimento de práticas violentas, práticas que disputam direitos, que não promovem a dignidade humana.

O profissional da educação deve se preocupar em facilitar o processo de formação das crianças, dando-os liberdade em suas escolhas, sem pressioná-los a seguir o modelo padrão de identidade de gênero que está contido no pensamento social, por isso ocupam papel relevante para que essa mudança obtenha êxito.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por fim, entende-se que dessa problemática vivida, as soluções cabíveis são simples e ao mesmo tempo difíceis de ser executadas, pois os paradigmas a serem rompidos continuam imperando no meio social; assim a solução apresentada é o maior investimento na educação e o respeito às peculiaridades de cada gênero. É por intermédio do amadurecimento pedagógico nas escolas e no conceito familiar, trabalhado nas gerações atuais e transmitido as posteriores, que a discriminação de gênero deve ser sanada, deixando de ser vista como algo natural.

Após a laicização do Estado, segundo Foucault (1977), o sexo torna-se assunto do Estado, preocupando-se com as implicações econômicas, tornando assunto pedagógico (o sexo como uma questão de consciência). Torna-se importante discutir questões relacionadas ao corpo, à mente, à vida e à doença.

A educação sexual deve ser trabalhada de maneira inter e transdisciplinar, contudo ela ainda continua ausente da escola e ainda é percebida como um assunto polêmico.

Mas, para que haja a intensificação de projetos afins, a participação das famílias se torna imprescindível junto à escola. Pesquisas apontam o crescente número de casos de pedofilia e abuso sexual envolvendo a internet, jovens estão sendo alvos de discriminação e homofobia nas escolas. Estes fatores apontam para a necessidade de haver a efetiva implantação da educação sexual na escola.

[...]a escola é apontada como um importante instrumento para veicular informações sobre formas de evitar a gravidez e de se proteger de doenças sexualmente transmissíveis, chegando se a ponto de afirmar que quanto mais baixa a escolaridade, maior o índice de gravidez entre adolescentes (Altmann, 2001, p.2)

(...) não se faz educação sexual de maneira dogmática e doutrinária. Nem todavia se pode sustentar um projeto de educação sexual sobre o voluntarismo espontaneísta, mesmo aquele carregado de boas intenções e altruísmo. A vontade deve ser o motor das práticas transformadoras mas esta somente se completa com a consciência crítica que deve ser sistematicamente buscada pela ciência e trabalho intelectual de pesquisa e de aprofundamento (Nunes e Silva, 2000, p.109).

Ante o exposto, acredita-se na função essencial da escola em educar os alunos para o convívio harmônico na sociedade, preconizando o bem-estar e o combate as violências dentro do espaço escolar, para que sejam respeitadas as identidades de gênero.

(...) a sexualidade humana vai muito além dos fatores meramente físicos, pois é transpassada por concepções, valores e regras sociais que determinam, em cada sociedade, em cada grupo social e em cada momento da história aquilo que é tido como certo ou errado, apropriado ou impróprio, digno ou indecente. (Brasil, 2011, p.13).

É preciso que seja esclarecido para meninos e meninas que as diferenças de conduta entre eles foram construídas socialmente, não são características inatas, como se cada sexo nascesse para agir de determinada maneira.

Com tantas discussões a respeito do tema, se faz cada vez mais necessário difundir na sociedade a tarefa da sexualidade e da educação sexual, uma vez que a especulação desses temas tem se dado mais em como regular, isto é, como buscar alternativas de controle, deixando de lado a informação e a formação, necessárias ao pleno desenvolvimento das crianças.

A educação sexual nas escolas tem sido condicionada por aspectos morais, logo, está condicionada a prevenção, regulação e controle da saúde pública, como por exemplo, doenças sexualmente transmissíveis e a prostituição.

Verifica-se a importância de ampliar e atender as crescentes contingências de discussões relacionadas à sexualidade humana, enfatizando-se o respeito individual de escolher a própria identidade, aquilo que cada um é ou deseja ser.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AQUINO, J. (1997). Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus.

AQUINO, J. G. A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996.

ALTMANN, H. (2001). Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares nacionais. Revista Estudos Feministas, 2 (9), 575-585.

AUAD, Daniela. Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2006. 96 p.

BEAUVOIR, S. de. 1944. Pyrrhus et Cinéas. Paris: Gallimard

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, Pierre. Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL (2011). Adolescentes e jovens para educação entre pares: Saúde e Prevenção nas Escolas: Gêneros. Brasília: Ministério da Saúde.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Vademecum. São Paulo: Ridel, 2014.

BUTLER, Judith. Gender trouble. New York: Routledge, Chapman & Hall, 1990.

BUTTLER J. Gender Trouble. Feminism and the subversion of identity. New York: Routledge; 1990.

Direitos Humanos, Constituição e Políticas Públicas, volume II / organização de André Viana Custódio, Daniela Lippstein, Rafael Bueno da Rosa Moreira – Curitiba: Multideia, 2015, p. 245-259.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Ed. Civilização Brasileira, RJ, 1974.

FOUCAULT, M. (1985). História da sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal.

LÊNIN. V.I. Sobre a emancipação da mulher. Ed. Alfa-Omega, São Paulo, 1980.

LÊNIN. V.I. O socialismo e a emancipação da mulher. Editorial Vitória, Rio de Janeiro, 1956.

LAQUEUR, Thomas. La fabrique du sexe. Paris : Gallimard, 1992.

LAQUEUR, Thomas. La construcción del sexo: cuerpo y género desde los griegos hasta Freud. Madrid: Cátedra; 1994.

MARX, ENGELS E LÊNIN. Sobre a mulher. Global editora, São Paulo, 1980.

MORENO, M. Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola. São Paulo: Moderna, 1999.

NUNES, C., Silva, E. (2000). A educação Sexual da criança. Campinas, SP: Autores associados.

PUPO, Kátia Regina. Violência moral no interior da escola: um estudo exploratório das representações do fenômeno sob a perspectiva de gênero. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação. USP, São Paulo, 2007.

SAVIANI, D. (2008). História das ideias pedagógicas (2. ed. rev. e ampl.).Campinas, SP: Autores Associados.

STOLLER, Robert (1968) Recherches sur l'identité sexuelle. Paris : Gallimard, 1978.

SCOTT JW. Gender and the politics of history (Revised edition). New York: Columbia University Press; 1999.

SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SCOTT, Joan W. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. Falas de gênero. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 1999.

STOLLER R. Sex and gender: the development of masculinity and femininity. New York: Science House; 1968.

PAULO ROBERTO CECCARELLI. Psicanálise, Sexo e Gênero: algumas reflexões. Disponível em: <[http://ceccarelli.psc.br/pt/?page\\_id=1483](http://ceccarelli.psc.br/pt/?page_id=1483)>. Acesso em: 05 de maio de 2016.